

**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
ATA  
REUNIÃO 19 dezembro de 2022**

Aos 19 dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, pelas dezassete horas, reuniu o Conselho Municipal de Educação de Leiria (CME), no Auditório da Escola Secundária Afonso Lopes Vieira.

Estiveram ausentes com justificação: a representante dos Serviços Públicos de Saúde, a representante das Juntas de Freguesia e a representante do Conselho Municipal de Juventude (folha de presenças em anexo).

O conselho foi presidido pela vereadora da Educação e Cultura, Anabela Graça, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Projeto Educativo Municipal – Leiria Concelho Educador 2022/25;
2. Programa Municipal de Apoio à Família;
3. Descentralização na Educação: ponto de situação;
4. Outros assuntos.

Apresentada a ata do CME de 11 de março, esta foi aprovada por maioria, com uma abstenção.

No ponto um, a vereadora referiu que o Projeto Educativo Municipal – Leiria Concelho Educador 2022/25 foi apresentado no Fórum Educação e está estruturado em três eixos: sucesso e Bem-Estar, Cultura e Património, cidadania e sustentabilidade. Composto por cerca de 80 projetos e ações da educação, saúde, bem-estar, desporto, cultura, foram apresentados alguns projetos pela sua relevância concelhia, de que são exemplo: PICIE, Rede de Bibliotecas Escolares, Plano Nacional das Artes, Plano Nacional/Local de Cinema, PIC, Orienta-TE, Incentiv'Arte, Pequenos Cantores de Leiria, XXVIII Festival de Teatro Juvenil Miguel Franco, Empreendedorismo nas Escolas, Futuro Já, Adolescer com Sentido, Assembleia Jovens Deputados, Assembleia Pequenos Deputados, Brisinhas, Crianças ao Palco e Festival das Crianças. A este propósito, a vereadora referiu que está a decorrer o Leiria Natal e até ao dia de hoje passaram pela cidade mais de 6000 crianças. Depois de termos passado pela COVID, é notória a alegria e entusiasmo das crianças pelas atividades a decorrer no âmbito deste programa. Neste sentido, desafia-se todos os diretores a desafiarem os professores e a promoverem a realização do Desfile de Carnaval, pelas ruas da cidade e pelas localidades, este terá lugar no dia 17 de fevereiro e o tema será livre.

De seguida Carlos Silva, na qualidade de representante do Pré-Escolar, referiu que realizou um levantamento de assuntos que preocupam os/as educadores/as, os quais gostaria de apresentar. Relativamente aos projetos, a questão que os preocupa a falta de transporte. Ao que a vereadora esclareceu que atualmente a requisição de transportes é muito difícil, considerando um conjunto de constrangimentos conjunturais das empresas fornecedoras deste serviço, a começar pela falta de recursos humanos.

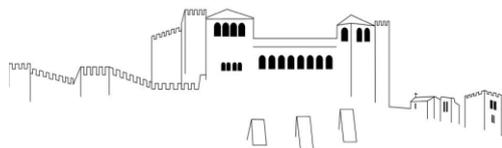
Relativamente ao ponto dois, Programa Municipal de Apoio à Família, que engloba as Refeições Escolares, as Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF), a Componente de Apoio à Família (CAF) e as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), esta matéria tem sido uma preocupação e uma aposta do município.

Quanto às Refeições Escolares, dado o aumento do número médio de refeições diárias do pré-escolar ao ensino secundário, foi reforçado o apoio técnico e especializado do Gabinete de Apoio às Refeições Escolares (GARE). Em média são servidas diariamente 6525 refeições nos 110 refeitórios.

As AAAF, refeições e prolongamentos no pré-escolar, têm uma cobertura de 100% dos Jardins de Infância, bem como o programa “Arte Palmas”, que consiste na dinamização de sessões de música e dança no pré-escolar. Para os Centros de Apoio à Aprendizagem (CAA), introduzimos sessões de musicoterapia e yoga. Ainda, nos CAA, o município disponibiliza apoio ao prolongamento de horário, para as crianças portadoras de deficiência, trata-se do Apoio às Famílias Especiais.

Quanto à CAF, prolongamentos para o 1.º ciclo, a oferta foi alargada a todos os estabelecimentos de ensino que manifestaram interesse, contudo, os encarregados de educação poderão continuar a optar por ofertas privadas (Centros de Estudos) ou por ofertas públicas nas próprias escolas. É entendimento do Município que esta melhoria da oferta de e na escola tranquiliza as famílias e ajuda a promover a igualdade de oportunidades. O município está a estudar apoiar as famílias com escalão A e B para poderem usufruir desse programa. A vereadora reforçou, ainda, a necessidade de entendermos a escola como um todo, não existe o espaço letivo e o espaço pós-letivo.

Por último, de referir AEC, embora não sendo de frequência obrigatória, o Município trabalhou com as entidades parceiras na construção de um programa assente em três pilares: Cultura, Cidadania e Bem-Estar. Contudo, há que



referir que o balanço do 1.º período indica que estão a correr muito mal e está implícito um gasto de 547.162,50€. Fruto da falta de flexibilização escolar ainda não temos recursos humanos que possam assegurar as atividades em todas as escolas. Temos de ter consciência que no próximo ano letivo teremos de trabalhar noutra forma de respostas com impacto no sucesso escolar, facto que não está a acontecer.

A este propósito, Carlos Silva referiu que o facto das AAAF funcionarem nos estabelecimentos de ensino e os pais prolongarem a permanência dos seus educandos depois das 15h30 é apontado como negativo pelas educadoras. Referiu também a falta de formação dos monitores que acompanham as crianças nestes programas e que muitas vezes não acolhem as sugestões das educadoras enquanto supervisoras do programa. Terminou reconhecendo o importante papel das associações de pais na dinamização destes programas.

A vereadora sublinhou os que o conselheiro acabou de referir relativamente às associações de pais, um parceiro de excelência. Relativamente ao contexto familiar temos de ter consciência que mudou, as famílias trabalham e a ideia de que os avós poderão tomar conta das crianças é falso, trabalham até aos 70 anos. Quanto aos espaços, já foi esclarecido, que a escola é só uma e tem de ser gerida como um todo. Se for necessário utilizar as salas de atividades, não há qualquer problema, não é compreensível que as crianças sejam colocadas nos corredores, em espaços sem aquecimento, quando existem condições mais confortáveis. Referiu que se esforçou por garantir a qualidade deste serviço, eliminando o transporte de crianças para espaços adaptados em vãos de escada, sótãos e afins. A escola pública tem de oferecer programas de qualidade que garantam a confiança das famílias. Nos estabelecimentos de ensino da rede privada as crianças permanecem nas salas de atividades e as questões da limpeza não se colocam. Quanto à necessidade de formação, a maioria dos monitores tem formação superior e na área, o problema reside nos circuitos de comunicação, a coordenadora deverá identificar e partilhar o plano de trabalhos e fazer a transição entre as componentes, trata-se de um trabalho de equipa: coordenação, Assistentes operacionais e monitores. Sempre que a coordenação identifica um problema com os recursos humanos, deverá comunicar ao município para que possamos tomar as diligências necessárias.

Quanto aos transportes escolares, este é um dossier muito difícil. As primeiras semanas de aulas são sempre complicadas, até que sejam encontradas soluções que sirvam a rede de transportes e as escolas. No concelho não existe rede de transportes escolares, esta é uma matéria da competência da CIMRL e a oferta está integrada nos circuitos regulares de transportes. Ao que acresce o problema da falta de mão de obra, cada vez existem menos motoristas e os novos não conhecem os circuitos, o que gera atrasos nas deslocações.

Relativamente às Bolsas de Estudo para a frequência do Ensino Superior, ocorreram 254 candidaturas, das quais 211 foram admitidas, 34 excluídas e 9 serão atribuídas pelas Páginas de Música. O município atribuiu 100 bolsas, no valor de 75.000,00€, valores que pretende aumentar no próximo ano, nomeadamente no que se refere aos alunos a estudar fora de Leiria.

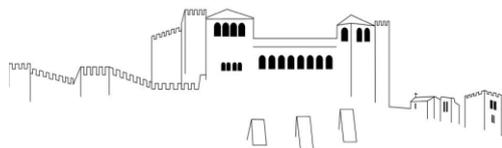
Rui Vieira, diretor do AE Caranguejeira-Santa Catarina da Serra usou da palavra para referir que no Conselho Municipal anterior lamentou a falta de qualidade das refeições que estavam a ser servidas no território que dirige e aproveita a oportunidade para agradecer à Dr.ª Anabela e ao Dr. Paulo o esforço para mudar a situação, referindo que atualmente as refeições são de qualidade.

No ponto três, descentralização de competências, a vereadora referiu que este foi um enorme desafio, com a aceitação do Município de Leiria em 2021 e que neste ano de 2022 nos encontramos num processo de consolidação.

O grande impacto verificou-se, sem dúvida, a nível dos recursos humanos (pessoal não docente) com a afetação de 505 assistentes operacionais e 91 assistentes técnicos (cerca de 600 no total) e cujo montante financeiro para as várias componentes ascende a 11,5 milhões de euros. Contudo, Leiria transfere todas as verbas recebidas para os agrupamentos de escolas gerirem, o que se traduz numa mais-valia para as escolas e num reforço da autonomia. Todo este trabalho e sucesso se deve ao envolvimento e trabalho conjunto entre as dez direções de escolas/agrupamentos de escolas, o município e a DGEstE. O maior problema reside na substituição de recursos humanos face às baixas e à idade dos recursos humanos, o município não tem permissão para garantir uma bolsa de horas.

Quanto às intervenções, manutenção dos edifícios esta é assegurada pelas Juntas de Freguesia no caso do pré-escolar e 1.º ciclo e pelas direções no que se refere ao 2.º, 3.º ciclos e secundário. Obras mais profundas estão ao encargo da DGEstE.

O município tem preparados os projetos para intervenção da EB D. Dinis e ESALV. Estas irão ser alvo de candidatura face aos fundos disponíveis pela CCDR até 28 de abril. De referir que as verbas envolvidas não são



suficientes para as duas intervenções. Foi apresentada uma lista de prioridades de intervenção pela DGAL e as próximas prioridades são: EB Marrazes, EB Dr. Correia Alexandre e EBS Henrique Sommer.

Jorge Edgar, diretor do AE Marrazes, informou que trabalham em condições deploráveis e os 20.000€ da transferência de competências não é suficientes.

Ao que a vereadora referiu que o município tem consciência do estado em que se encontram as escolas, daí que estejamos a avançar com os projetos de intervenção, a custos do município, para que logo que disponibilizem novas candidaturas possamos avançar.

Adélia Lopes, diretora do AE Rainha Santa Isabel, questionou se a EBS Rainha Santa Isabel está na lista de prioridades. E quais os critérios para a priorização das intervenções.

A vereadora respondeu que existe uma lista publicada pela DGAL na qual estão priorizadas as intervenções.

Henrique Gariso, representante dos docentes do ensino secundário entregou uma lista de preocupações do presidente do conselho geral do Agrupamento de Escolas Domingos Sequeira.

A vereadora respondeu às questões referindo que a rede escolar na zona urbana é deficitária, na cidade não existem crianças com três anos a frequentar os Jardins de Infância. Neste ano letivo procedemos à abertura de mais duas salas para o pré-escolar nas instalações da EMJGO e mais 1 sala de 1.º ciclo nos Parceiros. Quanto ao 2.º e 3.º ciclos a intervenção da EB D. Dinis prevê ampliação do edificado com mais 5 salas de aula. O problema do deficit de oferta deve-se ao facto de Leiria ser uma cidade atrativa quer em termos sociais como económicos e presentemente receber muitos imigrantes quer de origem brasileira como de leste.

Quanto ao problema dos transportes recebi o presidente do conselho geral e com o presidente da câmara esclarecemos e apresentamos propostas, as quais não foram aceites.

Rita Alves, representante da DGEstE informou que a lista de prioridades apresentada pela DGAL é diferente da proposta pelos serviços. Acrescentou que no âmbito da transferência de competências foi aumentado o valor afeto à refeição. Manifestou disponibilidade para esclarecer ou ajudar no que for necessário, com exceção de questões financeiras que deverão ser colocadas à DGAL. Aproveitou para agradecer a partilha de informações e felicitar Leiria pelo empenho e dedicação que tem pela educação, terminou desejando boas festas a todos.

A vereadora agradece as palavras e o facto de a DGEstE nos acompanhar e apoiar nesta caminhada.

A representante da CCDR informou que de momento não tem informação sobre abertura de novas candidaturas e agradeceu, partilha e desejou boas festas.

Adélia Lopes teceu uma palavra de gratidão para com o pessoal não docente das escolas que têm sido incansáveis.

Referiu o problema dos imigrantes brasileiros, as dificuldades na língua, nos programas e nos conteúdos, o qual terá de ser tratado com urgência. Henrique Gariso acrescentou que os brasileiros apresentam mais dificuldades do que os imigrantes de Leste.

Ana Oliveira, relativamente ao Desfile de Carnaval, alertou para o que se passou na realização do Corta-Mato, as forças de segurança e câmara municipal exigiram o pagamento de taxas para utilização do espaço público.

A vereadora encerrou o conselho, agradecendo a todas as escolas e respetivas direções pelo intenso trabalho colaborativo, às associações de pais pelo apoio e às restantes entidades presentes pela abertura e disponibilidade. O CME existe para apresentação de propostas, contributos e melhoria das respostas educativas. Por último desejou boas festas a todos os presentes. E nada mais havendo a tratar, encerrou esta reunião, da qual foi lavrada e assinada a presente ata. -----

A Vereadora da Câmara Municipal de Leiria

Anabela Graça